



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Marcos**  
**Pollon**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024**

**(Do Sr. Marcos Pollon).**

Apresentação: 11/11/2024 15:09:03.300 - Mesa

**RIC n.4124/2024**

Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos referentes às irregularidades apontadas pela Controladoria Geral da União (CGU) na distribuição de emendas de transferência especial para Organizações Não Governamental, inclusive apontando o Senador Randolfe Rodrigues como um dos parlamentares envolvidos.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.<sup>a</sup>, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, requer seja enviado o presente Requerimento de Informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, prestar esclarecimentos referentes às irregularidades apontadas pela Controladoria Geral da União (CGU) na distribuição de emendas de transferência especial para Organizações Não Governamental, inclusive apontando o Senador Randolfe Rodrigues como um dos parlamentares envolvidos. Para tanto requeremos sejam respondidos os questionamentos abaixo:



\* C D 2 4 8 6 8 5 1 1 7 9 0 0 \*



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

Apresentação: 11/11/2024 15:09:03.300 - Mesa

RIC n.4124/2024

- 1- Quais foram as específicas irregularidades encontradas nos repasses?  
Foram desvios de verba, falta de prestação de contas, ou outras irregularidades?
- 2- As irregularidades identificadas se concentram em algum tipo específico de projeto ou área de atuação das ONGs?
- 3- Os R\$ 13 milhões correspondem a que porcentagem do valor total repassado em emendas Pix para ONGs no período analisado?
- 4- Qual o montante das irregularidades das emendas PIX destinadas às Organizações Não Governamentais?
- 5- Quais os responsáveis pelas irregularidades? Foram identificados servidores públicos, parlamentares, ou representantes das ONGs envolvidos?
- 6- O Senador Randolfe Rodrigues é apontado como um dos autores destas emendas, qual a reponsabilidade do Senador?
- 7- Quais as medidas que estão sendo tomadas para corrigir as irregularidades e evitar que novas ocorram?
- 8- Os responsáveis pelas irregularidades serão punidos? Quais as possíveis sanções?
- 9- O Ministério da Fazenda não realiza qualquer tipo de fiscalização ou auditoria nos repasses para as ONGs?
- 10- A CGU realiza auditorias regulares nesses repasses? Com que frequência?

### **JUSTIFICATIVA**

No exercício do mandato de Deputado Federal, amparado pelo dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, como representante do povo, esse parlamentar tem duas atribuições precípua, estabelecidas na Constituição: legislar e fiscalizar. Nos últimos anos, os deputados têm ganhado cada vez mais relevância





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

nesses quesitos e principalmente em crimes supostamente cometidos por agentes públicos.

A Controladoria-Geral da União (CGU) identificou falhas significativas em seis dos dez repasses de emendas Pix para ONGs, somando cerca de R\$ 13 milhões. Investigados a pedido do Supremo Tribunal Federal (STF), esses repasses estavam acompanhados por indicações específicas de parlamentares sobre beneficiários e a utilização dos recursos.

O relatório da CGU destaca diversos problemas, incluindo sobrepreço em contratos e falta de capacidade técnica das ONGs para executar os objetivos definidos. Em um exemplo específico, uma transferência de R\$ 9,5 milhões relacionada à senadora Daniella Ribeiro foi utilizada para eventos culturais na Paraíba, sem chamamento público para selecionar as entidades parceiras. A CGU observa que a seleção precisa respeitar processos públicos e transparentes, o que não ocorreu nesses casos.

As indicações, segundo a CGU, foram evidenciadas em ofícios expedidos pelos próprios parlamentares ou em despachos nos respectivos processos administrativos. A análise da CGU focou apenas em 20 ONGs, sendo dez beneficiadas com emendas Pix.

De acordo com o relatório, emendas Pix com supostas irregularidades foram feitas pelo senador Randolfe Rodrigues, nos **valores de R\$ 550 mil e de R\$ 300 mil**.

Os recursos foram transferidos ao governo do Amapá e repassados à ONG Inorte (Instituto de Gestão em Desenvolvimento Social e Urbano) para financiar a celebração dos 79 anos de Oiapoque e a Festa de São Tiago 2024.

A Controladoria apontou que a emenda Pix foi usada em uma ação definida pelo parlamentar autor da emenda, **sem realização de chamamento público**. Também foram contratadas empresas ligadas a dirigentes da instituição, além de **sobre preço**.





# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon**

Entre as organizações mencionadas estão a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) e o Instituto de Gestão em Desenvolvimento Social e Urbano (Inorte). Essas organizações, além de supostamente receberem recursos sem procedimentos adequados, são acusadas de contratarem empresas associadas a ex-funcionários ou dirigentes, o que sugere um possível favorecimento nas contratações de serviços.

As descobertas da CGU sobre as emendas Pix levantam questões significativas sobre a governança e a fiscalização desses recursos. A demanda por maior transparência e accountability no uso dessas verbas pode intensificar os debates sobre a necessidade de reformas nos mecanismos de repasse e controle. As investigações continuam e podem trazer novas diretrizes para tornar o processo mais rigoroso e ético no futuro.

Para tanto requer o aprovação e envio do presente requerimento para que sejam esclarecidos os pontos apontados pelo órgão Controlador e que busque soluções para os casos apontados.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 2024.

**MARCOS POLLON**

